



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
REI - COLEGIO DE DIRIGENTES



ATA DE REUNIÃO Nº 9/2021 - REI-CLD (11.02.37.18)

Nº do Protocolo: 23147.006519/2021-48

Vitória-ES, 29 de outubro de 2021.

Ata da reunião do Colégio de Dirigentes do Ifes

19 de maio de 2021

No dia dezenove de maio de dois mil e vinte e um, reuniu-se o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às nove horas, por webconferência, sob presidência do Reitor Jadir José Pela, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, Sr. Luciano Toledo de Oliveira; da Pró-reitoria de Ensino, Sra. Adriana Piontkovsky; da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Sr. André Romero; da Pró-reitoria de Extensão, Sr. Lezi José Ferreira; da Diretoria Executiva, Sra. Danielli Veiga Carneiro Sondermann; da Diretora de Administração, Sr. Cristiano Tito Melado; do Gabinete da Reitoria, Sra. Jeisa da Rocha Costa; do campus de Alegre, Sr. Romulo Matos de Moraes; do campus Aracruz, Sr. Leandro Sant'anna Bitti; do campus Barra de São Francisco, Sr. José Alexandre Gadioli; do campus Cariacica, Sr. Lodovico Ortlieb Faria; do campus Centro Serrano, sr. Renato Chaves; do Centro de Referência em Formação e em Educação à Distância, Sra. Mariella Berger Andrade; do campus Colatina, Sr. Octávio Cavalari Júnior; do campus Linhares, Sra. Sandra Mara Bassani; do campus Ibatiba, Sr. Eglon Rhuan Salazar Guimarães; do campus Itapina, Sr. Fábio Lyrio; do campus Nova Venécia, Sr. Anderson Rozeno Bozzetti Batista; do campus Santa Teresa, Sr. Milson Lopes de Oliveira; do campus Piúma, Sr. Marcelo Fantini Polese; do campus Serra, Sr. José Geraldo Neves Orlandi; do campus Venda Nova do Imigrante, Sr. Aloísio Carnielli; do campus Viana, Sra. Regiane Teodoro do Amaral; do campus Vila Velha, Sr. Diemerson Saquetto; do campus Vitória, Sr. Hudson Luiz Côgo; do Sinasefe, as senhoras Ana Paula Brasil, Cristina Mota Damasceno e Patrícia Soares Andrade, e os senhores Marcus Vinícius Cardoso Podestá, Flávio Palhano Fernandes, Thalimar Matias Gonçalves e Tiago de Araújo Camilo. O Presidente cumprimentar os presentes, abre a reunião e faz leitura da minuta da pauta, com o item único: **1. Diálogo com Sinasefe sobre retorno presencial.** O Presidente abre o **item 1** e relata que esta reunião foi uma solicitação do Sinasefe, acrescentando que já foi realizado um primeiro encontro com o sindicato, em que estiveram presentes o Reitor, o Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional e a Diretora Executiva, onde se definiu uma pauta para aprofundar o diálogo entre Sinasefe e Colégio de Dirigentes. Destaca que a reunião terá um horário a ser cumprido e que tanto a gestão quanto o sindicato terão seu espaço e sua condição para se manifestarem. Revela ser sindicalizado e por isso tem um bom conhecimento das atribuições do Sinasefe, enfatizando que, antes do sindicato, havia uma associação de servidores. Destaca que o sindicato é um instrumento importante para o ifes e para os demais órgãos, pois possibilita que, cada um ocupando o seu espaço e com suas responsabilidades específicas, seja realizado um trabalho conjunto em prol dos servidores e dos alunos, sem esquecer, evidentemente, a sociedade, pois o Ifes é uma instituição pública. O pró-reitor Luciano relata que o Sinasefe ocupa um espaço muito legítimo, que o encontro foi muito oportuno e produtivo, possibilitando o avanço em várias frentes. Destaca que foi o Sinasefe verificou que apenas os profissionais de escola técnica estavam na lista para vacinação, reivindicando a inserção da Eames - Escola Técnica de Marinheiros, enfatizando que esse tipo de ação é só possível por meio de uma colaboração mútua. O coordenador Thalimar explica que o Sinasefe tem seções em Alegre, Colatina, enfatizando que os membros presentes pertencem à Seção Ifes, e acrescenta que, além dos servidores do ifes, a Eames e Creart-Ufes também compõem o Sinasefe. Saliencia a importância deste diálogo vide o complicado contexto nacional em que se tem um governo inimigo da educação, e que o diálogo é sobre o retorno presencial. Relata que apresentará o posicionamento do Sinasefe sobre o retorno e posteriormente questionará qual o posicionamento do Ifes a respeito, uma vez que o Sinasefe também tem que dialogar com sua base. Declara que a segunda onda da covid iniciou em meados de abril e que a terceira onda já é uma possibilidade destacada por alguns especialistas, e que neste contexto, apenas a restrição de circulação ou vacinação podem impedir o avanço da pandemia. No entanto, acrescenta que a restrição de circulação no Espírito Santo, por causa de diversas forças, tem pouca efetividade, e assim, só resta a vacinação. De acordo de algumas informações do governo estadual, a população adulta será imunizada até o final do ano, por isso, o Sinasefe entende ser complicado um retorno presencial, uma vez que, um retorno seguro só vai ocorrer se todos os servidores forem vacinados em conjunto com e também 70% da população, de acordo com a OMS. Aponta que o Ifes vem construindo documentos que possibilitem um retorno seguro, no entanto, é necessário dialogar, questionar, pois somente assim, será possível entender como, efetivamente, se dará esse retorno. Explica que, mesmo considerando as particularidades de cada campus, os documentos aprovados institucionalmente não foram suficientes para garantir uma padronização, visto que as ações e respostas sobre o retorno são muito díspares entre os campi. Destaca que este é o primeiro dos questionamentos do Sinasefe, ou seja, por que há ações tão distintas entres os campi visto que todos os servidores

devem ter segurança. O segundo é, se há consenso de retorno entre os diretores-gerais sem a vacinação em massa. O terceiro é, se há perspectiva de orçamento para compra de insumos ou seja: máscara, medidores de temperatura, dentre outros, além de garantir a segurança em salas de aula sem janelas para circulação de ar. O quarto é sobre os técnicos-administrativos, vide a efetividade do trabalho remoto, se há, realmente há necessidade de trabalho presencial nesta conjuntura. E por último, se haverá testagem, em um possível retorno. A coordenadora Patrícia, ao destacar a importância do diálogo, enfatiza a situação atual da pandemia e que por isso, um eventual retorno presencial tem trazido inquietude para os servidores. Explica que, na primeira tentativa de retorno a realidade se impôs e houve um recuo, mas que agora, com o estabelecimento de um novo normal e com ele a possibilidade de um novo retorno, a situação é crítica. Acrescenta que o Sinasefe compreende a importância de reafirmar as posições já construídas, visto a preocupação da entidade para com seus filiados. Destaca que há especialistas apontando em 700 mil mortes até agosto, e neste cenário terrível, o Ifes deve ter o compromisso social de não colaborar com estes números. Enfatiza que todo o retorno tem que ter garantias sanitárias e todos aqueles que estão impondo o retorno, não têm qualquer compromisso com a vida. Por fim, questiona qual é a posição da Reitoria e dos Diretores-gerais diante desta situação, e também se a instituição vai assumir o risco de um retorno híbrido. O Presidente explica que a reitoria se constitui, de fato, de todos os servidores, e que a atuação do Ifes deve se pautar nas determinações legais. Detalha que a instituição tem trabalho em uma estrutura estabelecida pela própria lei, enfatizando que o caminho institucional não é determinado pelo Reitor, e sim, por decisões são tomadas de forma coletiva, por meio dos diversos colegiados institucionais, ou seja: Cepe, Fórum de Diretores-gerais, Colégio de Dirigentes e Conselho Superior. Assim, o posicionamento do Reitor e dos Diretores-gerais é pautado em os debates serão tratados pelos órgãos em uma tramitação institucional até o Conselho Superior, que é o órgão máximo, destacando que não há decisão monocrática no Ifes. Sobre o retorno há toda uma legislação sobre o tema composta por decreto, instrução normativa e portaria, que obriga o Ifes a cumpri-la, no entanto, a instituição pode buscar o melhor caminho possível a fim de preservar a saúde dos servidores e alunos, desde que não desobedeça a lei, pois todas as ações institucionais serão verificadas pelos órgãos de controle. Relata que o tem mais de três mil servidores efetivos, constituindo-se com uma instituição plural, e para preservar essa pluralidade, a gestão é sempre a favor do diálogo, pois há opiniões divergentes, e nestas divergências cria-se a possibilidade de integrar ações. Reafirma que a gestão segue as decisões dos colegiados, e mesmo que haja divergências entre os campi, por causa de suas especificidades, o Ifes trabalha visando a unidade institucional. O pró-reitor Luciano explica que o Ifes optou por fazer uma regulamentação interna para um retorno gradual e seguro, com o intuito de evitar que outro órgão, como o MP, determinasse o retorno. Assim, foi elaborada a [Portaria n. 18, de 5 de janeiro de 2021](#), baseada na [Instrução Normativa nº 109, de 29 de outubro de 2020](#), que orienta a forma de retorno gradual e seguro ao trabalho presencial nos campi, na Reitoria, no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) e na Fábrica de Ideias de todos os servidores. Relata que após a primeira reunião com o Sinasefe, o Governo Estadual anunciou o início da vacinação para os profissionais da educação, no entanto, no contexto atual, faltam vacinas e faltam insumos para a fabricação de vacinas. Exemplifica o fluxo de comunicação no processos de vacinação, enfatizando que o Ifes não faz interlocução com a ponta, ou seja, com o setor que vai vacinar. A Sedu compila os dados enviados pelas instituições de ensino e os encaminha para a Sesa que, depois, envia para cada município. Destaca que há uma enorme dificuldade de comunicação com o local de vacinação, e que apesar das tentativas da Sedu em organizar essa situação, não houve êxito. Assim, as secretarias municipais rejeitaram este fluxo pois têm dificuldade de receber a listagem, definir o local, reenviar para Sesa, e a Sesa mandar para a Sedu publicar. Por isso, será de responsabilidade de cada município entrar em contato com os profissionais de educação. Enfatiza que a gestão está ansiosa e apreensiva mas que, de uma forma ou de outra, os servidores do Ifes têm sido vacinados, ou seja, o processo está acontecendo, de maneira confusa e lenta, mas está acontecendo. A ação dos profissionais da educação está sendo acompanhada pela Secretaria de Controle do Estado, por isso, caso alguma irregularidade seja presenciada, a ouvidoria deve ser acionada. Por fim, declara que a instituição está procurando um caminho para a testagem, mas ainda não há respostas, pois não é um caminho fácil e nem simples. A pró-reitora Adriana relata que a Proen tem organizado as regulamentações necessárias para quando for possível um retorno, todas as normativas já estejam prontas. Destaca que as atividades pedagógicas não presenciais foram sendo ajustadas durante o percurso, enfatizando que, quando se imaginou que o Ifes entraria em um processo de transição, veio a segunda onda e pior fase da pandemia. Divulga que já foi autorizado pelo Conselho Superior, quando houver possibilidade, um período de transição, e que está em fase final de elaboração, a nível da gestão de ensino, a minuta de estratégias flexíveis de ensino híbrido para um possível retorno presencial. O tesoureiro Marcus Vinícius Podestá relata que, na última reunião, as ações executadas pela instituição já haviam sido divulgadas, e que a resolução admitia uma certa autonomia aos campi. Declara que antes da segunda onda houve um ensaio de retorno para contemplar, principalmente, os finalistas. Reconhece o esforço da instituição diante desta situação excepcional, mas enfatiza a necessidade do Sinasefe conversar diretamente com os diretores-gerais, pois eles estão na ponta do processo, cabendo a eles a decisão pelo retorno. E por essa responsabilidade, acrescenta que a disparidade de ações entre os campi no ensaio de retorno causou muita preocupação ao Sinasefe. Reconhece que há campi em que os servidores querem retornar mas que, devido a disparidade de ações dos diretores, o Sinasefe perdeu o controle do que efetivamente está acontecendo no Ifes, por isso, ouvir os diretores-gerais é muito importante. O Presidente declara que a instituição está em um processo que é alterado constantemente pela pandemia e que por isso, o Ifes segue o mapa de risco que o Governo estabelece como regra. Assim, um município que está em mapa de risco diferente de outro pode ser a causa das disparidades de ações entre os campi, acrescentando que não se trata de uma decisão cartesiana, e por isso, outras considerações são necessárias. O dirigente Octávio declara, após cumprimentar os presentes, que, no Fórum dos Diretores-gerais, tanto no primeiro retorno, quanto agora, no segundo retorno, o assunto tem sido debatido frequentemente. Explica que, no primeiro retorno, a portaria foi publicada em janeiro, período que coincidiu com o período de férias de boa parte dos diretores-gerais, fato que influenciou os retornos e possibilidades diferentes, exemplificando a forma como o campus Colatina

procedeu. Após o período de férias, informa que houve uma conversa os diretores-gerais, que tentaram replicá-la aos técnicos, visto que os docentes estavam amparados pelas APNP's. Destaca também uma reunião com a professora Ethel, a partir da qual, os diretores-gerais passaram a solicitar itens que antes eram considerados desnecessários. Explica que houve a necessidade de reorganização institucional com a segunda onda do covid e os critérios de retorno, enfatizando que, a partir de agora, os retornos dos campi serão feitos por meio do diálogo tanto com os servidores quanto com a comunidade, e que mesmo assim, no dia-a-dia da gestão haverá casos específicos que serão analisados separadamente. O coordenador Tiago destaca a importância deste momento e espaço na agenda dos diretores-gerais, pois possibilita obter informações e repassá-las aqueles que o Sinasefe representa, enfatizando que, o compromisso maior do sindicato é com a sociedade. Informa que tem três questionamentos, o primeiro é que o MP tem várias recomendações, no entanto, não se pode ignorar o MPT que, apesar dos servidores não estarem juridicamente sob sua alçada, edita recomendações que podem auxiliar nas decisões institucionais. O segundo é de ordem financeira, ou seja, o Ifes tem recursos para dar condições adequadas de retorno aos técnico-administrativos, neste primeiro momento, e, posteriormente, aos docentes. E por fim, questiona se, para o Colégio de Dirigentes, um retorno seguro somente seria possível com todos servidores vacinados. O Presidente responde que há um movimento no Conif, com agenda marcada com o MPT, em Brasília, para saber do posicionamento do MPT a cerca de um possível retorno presencial. Relata que o Ifes está lutando para recompor o orçamento de 2021, mas que, apesar disso, foi possível adquirir máscaras, álcool, e outros itens de segurança. Acrescenta que há conversas constantes com a professora Ethel, além dos profissionais da saúde do Ifes, pelas quais verificou-se que a segurança perpassa pelo uso de máscara, álcool, distanciamento e ventilação. O pró-reitor Luciana lembra que a portaria 18/2021 orienta para não retornar enquanto não houver condições seguras para tanto. A pró-reitora Adriana corrobora com a fala do Presidente, destacando que encaminhamentos institucionais tem base nas orientações fornecidas pelos profissionais da área da saúde e que, depois de um ano, as medidas de segurança, com o avanço dos estudos, estão mais eficazes, pois há muitas coisas novas. Declara que, em reunião com a professora Ethel, houve uma atualização sobre o que a ciência considera seguro sobre retorno das aulas, ou seja, somente quando um percentual da população for vacinada, não bastando apenas vacinar os profissionais da educação. Neste sentido, é necessário ter uma condição satisfatória para autorizar o retorno e a circulação no campi, no entanto, não se pode destacar a publicação de uma lei determinando o retorno. O Presidente informa que os menores de 18 anos, neste momento, não estão contemplados na campanha de vacinação, por isso, a vacinação para os estudantes é um ponto que não deve progredir neste momento. O coordenador Thalimar conclui que o retorno com segurança só acontecerá com a vacinação da população capixaba, e que reconhece as diversas pressões sobre a instituição para um retorno. Assim, convida os dirigentes para uma conversa com o Sinasefe, pois há questões particulares a cada campus que devem ser melhor compreendidas. O coordenador Marcus Vinícius Cardoso Podestá explica que a ideia é que, como a resolução confere autonomia aos Campi sobre o retorno, o Sinasefe converse diretamente com os diretores para saber e entender os seus posicionamentos sobre o tema. A coordenadora Patrícia questiona se o compromisso da instituição é o mesmo da ciência, ou seja 70% da população vacinada. O Presidente enfatiza que o Ifes ouvirá a área médica, e que as ações institucionais estarão balizadas pelas decisões dos profissionais da saúde. O Presidente alerta o Sinasefe sobre a tramitação do PL 1453 que muda processo eleitoral e também a organização institucional, acrescentando que esse projeto restringe a atuação do Ifes. Declara que o PL 1453 já foi encaminhado como urgente e só está aguarda o despacho da Presidência da Câmara para continuar a tramitação, enfatizando que ele pode trazer um atraso muito grande para o Ifes, e acrescenta que, no Conif, já iniciou um movimento para fazer um substitutivo. O coordenador Thalimar relata que, dia 22, haverá uma plenária do Sinasefe e que o PL 1453 será pautado, além de enfatizar que um diálogo com os parlamentares será iniciado sobre o projeto. O coordenador Tiago afirma que o PL 1453 é muito grave pois tenta abrir a lei, e questiona como está o encaminhamento da portaria da carga horária docente. O Presidente responde que houve uma dilatação de prazo, e que o Ifes vai seguir as normas estabelecidas em sua própria portaria, até esgotar todos os prazos estipulados pelo MEC. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declara encerrada a reunião. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 14:42)

ADRIANA PIONTTKOVSKY BARCELLOS

PRO-REITOR(A) - TITULAR

REI-PROEN (11.02.37.13)

Matrícula: 1844857

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 11:20)

ALOISIO CARNIELLI

DIRETOR

VNI-DG (11.02.33.01)

Matrícula: 270021

(Assinado digitalmente em 03/10/2022 11:29)

ANDERSON ROZENO BOZZETTI BATISTA

DIRETOR - TITULAR

NOV (11.02.26)

Matrícula: 3613435

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 14:46)

ANDRE ROMERO DA SILVA

PRO-REITOR(A) - TITULAR

REI-PRPPG (11.02.37.15)

Matrícula: 1653769

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 10:45)

CRISTIANO TITO MELADO

DIRETOR - TITULAR
DOF-REI (11.02.37.11.05)
Matrícula: 1663075

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 13:22)
DANIELLI VEIGA CARNEIRO SONDERMANN

DIRETOR - TITULAR
REI - DIEX (11.02.37.06)
Matrícula: 1544675

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 18:17)

DIEMERSON DA COSTA SACCHETTO

DIRETOR - TITULAR
VV (11.02.34)
Matrícula: 2560543

(Assinado digitalmente em 08/11/2021 16:38)

EGLON RHUAN SALAZAR GUIMARAES

DIRETOR GERAL - TITULAR
IBA (11.02.23)
Matrícula: 1872101

(Assinado digitalmente em 01/11/2021 11:50)

FABIO LYRIO SANTOS

DIRETOR GERAL - TITULAR
ITA (11.02.24)
Matrícula: 1228029

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 12:39)

HUDSON LUIZ COGO

DIRETOR - TITULAR
VIT (11.02.35)
Matrícula: 270383

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 13:23)

JADIR JOSE PELA

REITOR

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 15:27)

JEISA DA ROCHA COSTA

CHEFE DE GABINETE - TITULAR
REI-GAB (11.02.37.07)
Matrícula: 1806901

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 15:48)

JOSE ALEXANDRE DE SOUZA GADIOLI

DIRETOR - TITULAR
BSF-GABDG (11.02.17.06)
Matrícula: 3491804

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 11:15)

JOSE GERALDO DAS NEVES ORLANDI

DIRETOR - TITULAR
SER (11.02.32)
Matrícula: 1508436

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 12:34)

LEANDRO BITTI SANTA ANNA

DIRETOR - TITULAR
ARA (11.02.16)
Matrícula: 1585493

(Assinado digitalmente em 22/11/2021 11:30)

LEZI JOSE FERREIRA

PRO-REITOR(A) - TITULAR
REI-PROAD (11.02.37.11)
Matrícula: 270181

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 12:05)

LODÓVICO ORTLIEB FARIA

DIRETOR - TITULAR
CAR (11.02.19)
Matrícula: 270381

(Assinado digitalmente em 03/11/2021 12:31)

LUCIANO DE OLIVEIRA TOLEDO

PRO-REITOR(A) - TITULAR
REI-PRODI (11.02.37.12)
Matrícula: 1545289

(Assinado digitalmente em 16/12/2021 10:11)

MARCELO FANTTINI POLESE

DIRETOR
PIU (11.02.28)
Matrícula: 1910631

(Assinado digitalmente em 03/11/2021 09:41)

MARIELLA BERGER ANDRADE

DIRETOR - TITULAR
CEF-DIR (11.02.38.01)
Matrícula: 1509960

(Assinado digitalmente em 08/11/2021 18:22)

MILSON LOPES DE OLIVEIRA

DIRETOR - TITULAR

STA-DIAPL (11.02.29.06)

Matrícula: 50090

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 11:00)

OCTAVIO CAVALARI JÚNIOR

DIRETOR - TITULAR

COL (11.02.21)

Matrícula: 1652521

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 11:12)

REGIANE TEODORO DO AMARAL

DIRETOR

VIA-DG (11.02.19.02.01)

Matrícula: 1547964

(Assinado digitalmente em 08/11/2021 15:38)

RENATO CHAVES OLIVEIRA

DIRETOR - TITULAR

CSE-DIREN (11.02.20.03)

Matrícula: 2545560

(Assinado digitalmente em 03/11/2021 10:48)

ROMULO MATOS DE MORAES

DIRETOR - TITULAR

ALE-DIAPL (11.02.15.04)

Matrícula: 2916996

(Assinado digitalmente em 29/10/2021 10:54)

SANDRA MARA MENDES DA SILVA BASSANI

DIRETOR GERAL - TITULAR

LIN (11.02.25)

Matrícula: 2694893

Visualize o documento original em <https://sipac.ifes.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **9**, ano: **2021**, tipo: **ATA DE REUNIÃO**, data de emissão: **29/10/2021** e o código de verificação: **1949e90796**